

folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Percepções Sobre Biblioteca Inclusiva¹

Cícero Carlos de Oliveira da Silva
Maria Cleide Rodrigues Bernardino²

ARTIGO

Resumo

A referida pesquisa reflete sobre o papel da Biblioteca no contexto inclusivo, mirando para o usuário independente da sua limitação cognitiva, física ou outras. Permeia no âmbito da ergonomia do ambiente construído, do desenho universal e da acessibilidade atitudinal. A pesquisa classifica-se como descritiva por tratar de um registro, análise e interpretação de documentos voltados para a Biblioteca Inclusiva, teve um conjunto de procedimentos utilizados a partir da abordagem do método dedutivo, como análises através uma cadeia de raciocínio a respeito da investigação de uma Biblioteca para Todos. É utilizado o método de procedimento comparativo, analisando o contexto presente, no passado e os estágios de desenvolvimento da Biblioteca. Em relação à técnica de pesquisa, se fez da documentação indireta com a pesquisa bibliográfica e documentação direta por meio de entrevista realizadas através de questionário aberto enviado por e-mail com dezesseis pessoas de sete países, a fim de verificar as semelhanças e diferenças quanto ao conceito de biblioteca inclusiva e suas percepções sobre a temática.

Palavras-chave: Biblioteca Inclusiva. Biblioteca e Acessibilidade. Biblioteca e Pessoas com Deficiência.

Perceptions on Inclusive Library

Abstract

Such research reflects on the role of the Library in the inclusive context, looking for independent user of their cognitive limitations, physical or otherwise. Permeates under environmental ergonomics built, universal design and attitudinal accessibility. The research is classified as descriptive in case of a record, analysis and interpretation of documents face Inclusive Library, had a set of procedures used from the deductive method approach, as analyzes by one chain of reasoning about the research a library for All. It is used the method of comparative procedure, analyzing the present context, in the past and the Library development stages. Regarding the research technique, became the indirect documentation with literature and direct documentation through interviews conducted through open questionnaire sent by email with sixteen people from seven countries in order to verify the similarities and differences in the concept of inclusive library and their perceptions on the topic.

Keywords: Inclusive library. Library and accessibility. Library and People with Disabilities.

1 Introdução

Este trabalho traz reflexão sobre a essência do desempenho da biblioteca adequada ao caráter para qual foi criada, ou seja, facilitar o acesso à informação. Sem delimitar tipologias quanto à biblioteca, permeia discussões de dimensões amplas no contexto da interatividade humana/ambiental, universal/individual de forma a corroborar com a inclusão a todos os cidadãos, independentemente de ter alguma limitação física aparente ou sensorial.

¹ Extrato do Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará / Campus Cariri (UFC).

² Orientadora.

Percebemos no contexto social a preocupação de incluir as pessoas com deficiência nas atividades diversas, o que leva a refletir sobre vários âmbitos, dentre eles a biblioteca que desempenha serviços à comunidade com componentes social, educativo e cultural.

O aspecto de coletividade, manifestado pela biblioteca, pressupõe importante préstimo de seus serviços com qualidade para gerenciar informação, no sentido de colaborar no desenvolvimento do usuário. Alguns requisitos se fazem necessários: espaço e mobiliários apropriados para cadeirantes e pessoas com nanismo, pistas táteis, livros digitalizados e em *braille* para usuários cegos, recursos ópticos para pessoas com baixa visão, atendentes intérpretes em Libras para recepcionar surdos, espaços sem catracas, cadeiras adaptadas para pessoas obesas, grávidas e/ou idosas.

Tratamos aqui da biblioteca no sentido geral, não a biblioteca privada ou pública, universitária ou escolar, especializada ou especial e sim a “instituição biblioteca”. A biblioteca não deve ser um ambiente colaborativo para gerar exclusão e deficiência, mas, local acessível para todos.

Nosso objetivo, portanto, é refletir sobre o papel da biblioteca na sociedade, suas possibilidades organizacionais, sociais, pedagógicas e gerenciais a partir do conceito de biblioteca inclusiva. A partir de uma pesquisa descritiva com delineamento qualitativo e auxílio do instrumento entrevista aplicado aos bibliotecários de instituições diversas no Brasil e exterior.

2 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa classifica-se como descritiva por tratar de um registro, análise e interpretação de documentos voltados para a biblioteca inclusiva, com um conjunto de procedimentos utilizados a partir da abordagem do método dedutivo, como investigação através uma cadeia de raciocínio a respeito da investigação de uma biblioteca para todos. De acordo com Gil (1999) a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis observadas. Em relação à técnica de pesquisa, fará uso da documentação indireta por meio de pesquisa bibliográfica e documentação direta e entrevistas realizadas com profissionais de sete países, com delineamento qualitativo.

A entrevista foi realizada de forma aleatória com 16 pessoas de sete países para verificar as semelhanças e diferenças quanto ao conceito de biblioteca inclusiva e suas percepções sobre a temática e enviada por e-mail. Abrangeu países da América Latina e Europa, que são: Brasil, Chile, Colômbia, Nicarágua, Venezuela, Portugal e Inglaterra.

3 Acessibilidade e Desenho Universal: Biblioteca Para Todos

No decorrer da história da humanidade, as pessoas com deficiência não tinham acesso à maioria das atividades sociais, dentre elas, a biblioteca, seja por preconceito da comunidade, barreiras arquitetônicas ou carência de materiais especializados. De acordo com Schweitzer (2007) no Brasil, praticamente não existe uma reflexão mais aprofundada sobre o dever institucional de contribuir para a acessibilidade da informação às pessoas com deficiência. É importante ressaltar que, segundo o censo de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são aproximadamente 23,91% de brasileiros com algum tipo de deficiência o que incide 45,6 milhões de pessoas³.

O processo de inclusão se baseia na igualdade entre todos, eliminando as barreiras que dificultam o acesso à informação, independente da pessoa ter ou não uma deficiência. Segundo a Constituição Brasileira, no capítulo I dos direitos e deveres individuais e coletivos, assegura a todos o direito de acesso à informação. Para Carneiro (2003, p. 153) “os princípios de inclusão são os princípios de democracia”, onde todos possam desfrutar de seus direitos e deveres em condições de igualdade.

Quando nos referimos à acessibilidade, precisamos ter em mente que algumas pessoas não enxergam outras não ouvem, outras têm dificuldade em interpretar textos figurativos, outros não conseguem mexer o *mouse*. Já imaginou se só

³ Ver: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

fabricássemos um chuveiro quando alguém decidisse tomar banho? Ou se deixássemos para construir uma escada quando precisássemos dela? Infelizmente ainda em algumas áreas do conhecimento ocorre isso.

Neste sentido, percebe-se a importância da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica, instrumental e programática para assegurar o mínimo de qualidade de vida para as pessoas de um modo geral, com necessidades especiais ou não. A ideia de sociedade inclusiva teve início da organização de pessoas de todo o mundo. As próprias pessoas com deficiência, da que aqui tratamos, juntamente com seus amigos e familiares tiveram uma importância ímpar com o objetivo de formar grupos na intenção de pressionar a sociedade e cobrar seus direitos. Temos como exemplo durante a Constituição do ano de 1988, quando representantes de diversas associações, fundações e outras entidades voltadas para pessoas com deficiência participaram ativamente das discussões para formulação das leis brasileiras.

O termo acessibilidade comunicacional é mencionado quando a linguagem verbal não alcança todas as pessoas, há uma barreira que impede o acesso da mensagem entre receptor e emissor. Pode ser percebida quando alguém não sabe francês, língua de sinais ou sistema de escrita em braile, por exemplo. Partindo desse pressuposto, as pessoas com deficiência visual e auditiva são excluídas do contexto informacional quando a estratégia comunicacional foi precocemente abortada. O recurso vem delinear caminhos interventivos no amadurecimento cognitivo desde a estimulação precoce até a fase adulta.

A biblioteca é um espaço democrático e como tal deve contemplar tanto em sua arquitetura como serviços condições para atender a todos que dela necessitam. Assim, pensando em uma biblioteca menos excludente pretende-se com esta investigação promover a reflexão acerca da função da biblioteca em uma sociedade inclusiva. Uma vez, que a biblioteca se enquadre num padrão acessível, de nada valerá se não houver uma mudança de mentalidade dos gestores em relação ao funcionamento biblioteconômico das estruturas informacionais, como suportes livros em diversos formatos, CDs, DVDs, computadores etc. Ainda há muito por fazer. Neste sentido, de acordo com Costa, Silva e Nascimento (2010, p. 5), “Na sociedade contemporânea o papel da biblioteca passa a ser de vital importância na medida em que esta pode se tornar o grande centro disseminador da informação, atuando principalmente para diminuir a desigualdade existente na sociedade brasileira”.

Portanto, para atuar na sociedade da informação e do conhecimento devemos trabalhar no sentido de entender o conceito e a amplitude da biblioteca inclusiva. A biblioteca inclusiva deve partir do princípio que as pessoas com e sem deficiência devem ter uma vida normal e com qualidade. Todos utilizando ao mesmo tempo os serviços e os espaços da biblioteca possibilitando que as pessoas possam desenvolver atividades da vida diária com autonomia. E essa autonomia para ser plena deve ser sem a presença de barreiras arquitetônicas (degraus, buracos), comunicacionais (não saber Libras ao atender um surdo), atitudinais (preconceito), metodológicas (falta de técnicas adequadas), instrumentais (falta de reglete⁴ para escrever *braille*, por exemplo) e programáticas (regulamentos inadequados que impedem o acesso).

É importante que as bibliotecas cumpram com sua função social se preocupando com a acessibilidade universal, no sentido de dar condição para que as ferramentas e dispositivos atinjam todas as pessoas, com boas condições de segurança e comodidade para que sejam utilizadas de maneira mais natural possível. Bastaria aplicar as normas físicas estabelecidas pela ABNT NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO..., 2004), que trata da acessibilidade para melhorar significativamente o acesso às bibliotecas.

Ribeiro e Leite (2001) apontam que para que as bibliotecas possam assumir a dimensão da inclusão elas devem apresentar uma série de requisitos: no âmbito organizacional, a biblioteca deve contar com parcerias de uma cooperação interinstitucional para o compartilhamento recursos informativos e documentais; contar com recursos humanos técnicos especializados; contar com equipamentos e serviços especializados e adaptados e com tecnologias específicas; espaços adequados para as pessoas com qualquer tipo de necessidade especial.

⁴ Instrumento utiliza com ajuda de um punção (pontagudo semelhante a um prego) para proceder a escrita Sistema Braille em alto relevo, utilizado para comunicação entre pessoas com deficiência visual.

De acordo com a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p. 2) acessibilidade é “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. O termo teve seu uso no final da década de 1940 para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional (SASSAKI, 2011).

Segundo Sasaki (2011) acessibilidade acontece em seis contextos: *arquitetônico*, que diz respeito às barreiras físicas dos espaços e meios de transporte; *comunicacional*, uso de instrumentalização linguística, como língua de sinais e Braille e legibilidade textual e virtual; *metolológico*, diz respeito à adaptação dos métodos e técnicas de estudo e trabalho, intervenções sociais, culturais e artísticas, e educação familiar; *instrumental*, instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação; *programático*, políticas públicas, normas e regulamentos; *atitudinal*, diz respeito aos estigmas, estereótipos e discriminações de um modo geral.

Já os estudos sobre acessibilidade em bibliotecas físicas ainda é pouco explorado. A tendência é tratar mais sobre acessibilidade voltada para as bibliotecas virtuais. Nas universidades onde há cursos de Biblioteconomia, se começa a discutir a temática, mas ainda de forma muito tímida. A disparidade de acesso entre quem tem deficiência e quem não tem persiste, desfavorecendo a chamada minoria, de desfrutar dos serviços biblioteconômicos. Isto permite situações embaraçosas que podem inibir muitos usuários de desenvolver-se intelectual e socialmente em função da exclusão informacional.

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU), publicou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em que afirma que:

As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos; As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível; As pessoas deficientes têm direito à [...] educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo de desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social; As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social (DECLARAÇÃO..., 1975).

De acordo com a ONU as necessidades e direitos das pessoas com deficiência têm sido por aproximadamente três décadas uma prioridade e que em 2008 entrou em vigor o Protocolo Facultativo adotado em 2006 a partir dos esforços da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁵.

Em se tratando de bibliotecas não há dúvida de que evoluiu ao longo do tempo. Tanto no que diz respeito aos conceitos, como aos serviços e até mesmo seu papel perante a sociedade. Dos antigos templos fechados às portas abertas, do silêncio obrigatório às conversas discursivas, das fichas manuais aos catálogos em linha. A evolução das bibliotecas acompanhou às tecnologias e a transição de conceitos no mundo. Infelizmente essa evolução ainda não encontrou eco na compreensão da amplitude e especificidade do usuário com necessidades especiais e para a construção de espaços adequados a este público.

Sobre a evolução do conceito de biblioteca Pupo (2009, p. 52) afirma que, “[...] assim como o conceito de deficiência mudou através dos tempos, o conceito de biblioteca também se transformou: de serviços herméticos a serviço das elites, evoluiu para unidades de informação abrangentes, atualmente conectadas ao mundo e focadas nas necessidades por informação da parte de seus usuários”.

A IFLA/UNESCO em 1994 emitiu uma declaração a respeito das bibliotecas públicas, onde fala sobre igualdade de acesso.

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas (MANIFESTO..., 1994, p. 1).

⁵ VER: <http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>

Esse manifesto pode ser um parâmetro para as bibliotecas de um modo geral, não simplesmente as bibliotecas públicas, uma vez em que garantir o acesso a todas as pessoas sem distinção, contempla todo e qualquer ser humano.

Refletindo sobre como as nossas bibliotecas lidam com as pessoas com deficiência, em paralelo com as que não a possuem, verificaremos pequenos detalhes, como por exemplo, um degrau de 20 cm, o suficiente para limitar um visitante em cadeira de rodas. Ou uma porta estreita e/ou mobiliário no padrão para pessoas magras que são inibidores de entrada às pessoas obesas ou até mesmo uma mulher grávida. É preciso que os bibliotecários promovam a reflexão dessas questões a fim de que se possa educar para a inclusão, tendo em vista que esta depende de todos que fazem a biblioteca. Assim, a partir do repensar de seus valores e missão na sociedade, a biblioteca será redimensionada e passará a atender plenamente a sua função. Partindo desse princípio, afirmamos que a biblioteca, assim como toda e qualquer instituição seja de serviços ou não, deve respeitar o direito de ir e vir. Nossa reflexão parte do princípio de nossa vulnerabilidade humana, uma vez em que a qualquer momento podemos ficar cegos, cadeirantes, surdos para sempre ou temporariamente, independente de nossa vontade ou decisão.

Dependendo do ambiente, se está adaptado ou não, irá dizer o nível de dificuldade que teremos, uma vez em que “[...] é o ambiente que gera exclusão e de fato é o que gera deficiência” (PÉREZ FERRÉS, 2006, p. 22). É ele que geralmente nos torna deficientes, por isso as barreiras eliminadas nos fazem iguais. De acordo com Pupo (2009) é impossível abarcar por meio da escrita um tratado completo a respeito das questões que se referenciam ao acesso à informação a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades, contudo, urge chegar aos profissionais que possuem a função de intermediar o acesso de forma a facilitar o conhecimento.

A interação entre Biblioteca e usuário se deve concentrar no respeito e no acesso à informação. Esse direito não pode ser esquecido. Nada deve atrapalhar. O avanço no contexto inclusivo é lento, entretanto acontece. Unidos, pessoas com e sem deficiência, participando de debates, fóruns, mesas redondas, conversas informais, criação de projetos, blogs entre outras possibilidades, disseminará a proposta da Biblioteca Inclusiva, de modo que participação conjunta poderá diminuir a demora de seu nascimento. “Por diversas razões, a maior parte das bibliotecas não acordou um interesse particular para a formação de serviços para os surdos. A surdez foi qualificada, merecidamente, de ‘deficiência invisível’, porque é difícil de identificar surdos pela simples observação, tem a tendência de serem confundidos na massa” (IFLA, 2000, p.10, tradução nossa).

Para Schweitzer (2007, p. 274) “no Brasil, praticamente inexistente uma reflexão mais aprofundada sobre o dever institucional de contribuir para a acessibilidade da informação às pessoas portadoras de deficiência”. O termo portador caiu em desuso, atualmente fala-se “pessoas com deficiência” ou a sigla PcD.

Biblioteca Inclusiva tendo como alvo um espaço onde exista atendimento para um número maior de pessoas possíveis com suas especificidades, arquitetura que não exclua o usuário, móveis projetados segundo uma perspectiva de desenho universal independência de ter deficiência.

A deficiência, de modo geral, abarca várias discussões, dentre elas, quem pode ser considerado deficiente. Há inúmeras formas de interpretação e compreensão a respeito da terminologia que veio substituir palavras como excepcional e incapacitado. Tanto definir quem é deficiente, quanto mensurar um percentual mundial é muito relativo, geralmente partem do ponto de análise da Organização Mundial de Saúde (OMS) que dita os pré-requisitos para tal constatação.

Por exemplo, miopia é deficiência? Uma pessoa com um dedo artificial é considerada deficiente? Uma pessoa surda capaz de se comunicar eficientemente usando a linguagem de sinais é deficiente? Cada país coleta os seus dados sobre a deficiência com base no seu entendimento do que seja deficiência, o que varia muito de um país para outro (HANDICAP INTERNACIONAL, 200?).

O fator cultural é um aspecto que deve ser levado em consideração. Cada país possui particularidades e padrões difíceis de unificação, apesar da tentativa insistente de homogeneização da terminologia “deficiência”. Temos o Brasil com dimensões continentais, sua realidade diversa deveria seguir os ditames internacionais? Não seria interessante uma campanha para reavaliação dessas nomenclaturas e/ou rotulações com o intuito da criação de uma identidade brasileira onde a “bola da vez” seria a pessoa no todo e não focar a caracterização física ou sensorial como um defeito?

Para compreendermos melhor o porquê dessa rotulação, vejamos alguns modelos que procuram explicar a deficiência de acordo com os estudos de Harris e Enfield (2003). O primeiro modelo é o *caricativo*, que vê as pessoas como vítimas de sua incapacidade, não escutam, não enxergam, não trabalham. Há um *déficit* na pessoa que precisa de ajuda, de instituições especiais que a amparem. São diferentes.

O segundo modelo é o *médico*, há uma visão de pessoa com problema físico e, portanto, precisa ser curada impelindo ao papel passivo de paciente. Neste modelo a pessoa sai do padrão de normalidade, aquela que precisa ser mudada, excluindo a sociedade desse processo de mudança. Esse modelo é semelhante ao caricativo, pois as pessoas precisam de serviços especiais como sistema de transporte especial e assistência social. Em função disso, existem os professores de educação especial, ocupações especiais.

O terceiro é o modelo *social* que enxerga a pessoa com deficiência como um resultado da forma como a sociedade está organizada. Os estudos de Harris e Enfield (2003) apontam que a sociedade, quando não se encontra bem organizada, as pessoas enfrentam discriminação e barreiras de atitude expressa em medo, ignorância e baixa expectativas de vida. Esse processo é resultante do meio da inacessibilidade física que afeta aspectos da vida como ir à uma loja, ao templo religioso etc. O modelo social pode ser identificado em três tipos: a deficiência do tipo *comportamental*, que é expressada pelo medo, a ignorância e baixas expectativas que a sociedade possui perante as pessoas com deficiência; do tipo *institucional*, que é procedente de discriminações de caráter legal, como por exemplo, não poder casar e ter filhos; não poder se matricular na escola etc; e a deficiência *ambiental*, resultante da inacessibilidade física dos espaços que afeta a vida de um modo geral (FEITOSA, 2010).

O quarto modelo baseado em *direitos* assemelha-se ao modelo social incidindo no cumprimento dos direitos humanos com oportunidades iguais e à participação no meio social. Por causa da negação dos direitos, pela própria sociedade, como à saúde, à escola entre outros, as políticas públicas buscam a eliminação das barreiras. A sociedade é a causadora da deficiência.

Os modelos apresentados são formas diferentes de classificar a pessoa por apresentar algo que a diferencia da maioria. É importante refletir que para existir um diferente, conseqüentemente existirá um entendimento de igual, para as pessoas ou mesmo de um formato padronizador para o ser humano. Podemos afirmar que a igualdade e a diferença assim como a desigualdade e a exclusão.

2.1 Desenho Industrial

A preocupação com o desenho universal não é recente, objetiva com traços e riscos a criação de ideias acessíveis a um maior número de pessoas. “A ideia insipiente de um *Universal Design* nasceu depois da Revolução Industrial, quando foi questionada a massificação dos processos produtivos, principalmente na área imobiliária” (CARLETTO; CAMBIAGHI, s. d., p. 8). A formação do conceito de conforto está ligada com ergonomia, que remete à altura, idade, força e outras características. Em 1963, em Washington surge a *Barrier Free Design*, comissão que discutia desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequadas para serem usadas por pessoas com deficiência. No Brasil na década de 1980 se debate sobre a conscientização dos profissionais da área de construção. Em 1981 se declarou o Ano Internacional de Atenção às Pessoas com Deficiência, e nesse contexto de discussões a nível mundial se fala sobre o Desenho Universal.

A criação da primeira norma técnica brasileira relacionada à acessibilidade se deu em 1985, a NBR 9050/2004, de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos à pessoa portadora de deficiência (ASSOCIAÇÃO..., 2004). Esta NBR foi revista em 1994 e 2004 e assim regulamentam-se todos os aspectos de acessibilidade no Brasil.

O conceito da estrutura do Desenho Universal foi desenvolvido por profissionais da área na Universidade de Carolina do Norte, nos Estados Unidos. No ano de 1987 por Ron Mace, um arquiteto norte americano que usava cadeira de rodas e respirador artificial. Mace cria a terminologia *Universal Design* acreditando que a partir daí surgiria uma percepção da necessidade de aproximar as coisas projetadas e produzidas às pessoas com deficiência.

No contexto biblioteconômico se faz essencial que todos os imóveis e móveis de instituições públicas e privadas ofereçam em seu *design* arquitetônico acesso aos usuários com independência e segurança. Imerso ao convívio social das escolhas e não escolhas de ações do dia a dia, quando as estruturas são planejadas pensando em todos, leis poderiam ser desnecessárias. Este aspecto preliminar sobre desenho universal poderá servir para situarmos como se encontram as bibliotecas no que concerne à acessibilidade, contudo a eliminação de barreiras arquitetônicas não significa acesso, seu conceito é amplo e diz respeito ao comportamento, aos aspectos físicos, sociais e culturais.

2.1.1 Biblioteca Inclusiva

Segundo o dicionário eletrônico Aurélio Século XXI⁶, biblioteca é o “conjunto organizado de informações afins, armazenado com o objetivo de consulta ou utilização posterior”. Por mais elementar que seja o conceito, a palavra ‘utilização’ remete a quinta lei de Ranganathan anunciada em 1931, que diz que uma biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009). A legislação brasileira, através da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, é clara quanto à obrigatoriedade das bibliotecas e do profissional bibliotecário:

Art. 1º - As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei. Art. 3º - Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário [...] (BRASIL, 2010).

A Federação Internacional das Associações de Bibliotecários - IFLA, em 29 de março de 1999, chama atenção dos bibliotecários a se integrarem nessa luta pelo acesso, de modo que o torna um intermediador importante no processo de fazer possível levar a informação a todos para: “[...] garantirem e facilitarem o acesso a todas as manifestações do conhecimento e da atividade intelectual; a adquirirem, preservarem e tornarem acessíveis a mais ampla variedade de materiais que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade (FEDERAÇÃO..., 1999)”.

Baptista (2006, p. 14) nos declara que “cada biblioteca é um caso à parte” e que os caminhos que construirão devem ser buscados com o fim de obter espaços mais acessíveis. Neste sentido, é importante refletir sobre a biblioteca que queremos. Uma biblioteca verdadeiramente para todos. Uma biblioteca inclusiva que contemple todas as ações seja arquitetônica ou de serviços que não exclua nenhum usuário.

2.1.2 Normas e Procedimentos Gerais Para Atendimento

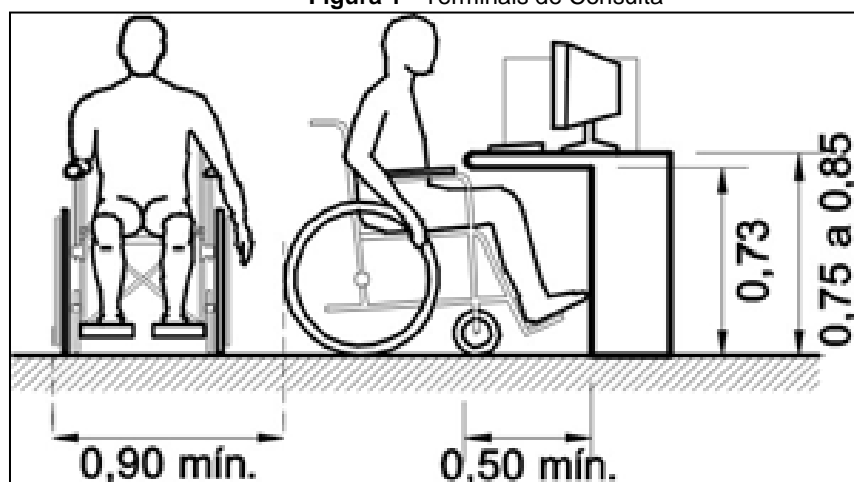
A Associação Brasileira de Normas de Normas Técnicas (ABNT) possui a NBR 9050 que trata sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A norma objetiva estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, o que independe da idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de forma autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

Neste documento há um espaço para tratar de Bibliotecas e Centros de Leitura:

Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis. Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas deve ser acessível [...]. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se rotação de 180º (ASSOCIAÇÃO..., 2004, p. 88).

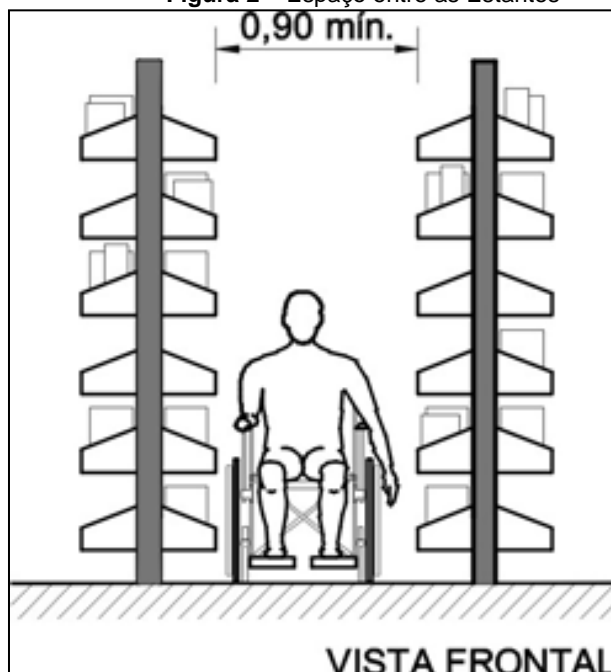
⁶ Ver: <http://www.dicionarioaurelio.com/>

Figura 1 - Terminais de Consulta



Fonte: NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

Figura 2 – Espaço entre as Estantes



Fonte: NBR 9050/2004 (ASSOCIAÇÃO..., 2004).

A norma orienta sobre a altura dos fichários que deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais e recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em *Braille*, ou outros recursos audiovisuais. Ainda de acordo com a NBR 9050/2004, pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. e que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Mediante a necessidade de cada usuário, lhe será atribuído um recurso que responda ao seu anseio. Poderá ser um acesso físico, um atendimento específico para uma pessoa com deficiência intelectual, um recurso de base elevatória para alguém com nanismo. Os recursos em audiolivros, transcritos em *braille* são mais escassos, no entanto a biblioteca deve oferecer esses suportes e isso independe se há no momento atual ou não usuários que necessitem. O ideal é disponibilizar os mesmos recursos que normalmente são oferecidos, com qualidade igual e em proporção de quantidades também iguais.

As principais ajudas técnicas para pessoas com deficiência visual são os leitores de tela para ler em voz alta quanto ao uso de computadores, dispositivo de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), linhas *braille* conectadas ao computador, audiolivros ou livros falados, impressões em *braille*, ampliadores de caracteres para as pessoas com baixa visão, lupas eletrônicas e manuais, máquinas para fotocopiar ampliado, deve contar com guia intérprete para atendimento às pessoas surdo-cegas.

Para as pessoas com deficiência auditiva é imprescindível atendentes com domínio a língua de sinais para o atendimento e acompanhamento, vídeos e DVDs com legendas e interpretação para língua de sinais, internet com banda larga que possibilite o uso de *webcam*.

Para pessoas com mobilidade reduzida será necessário que a biblioteca mantenha sempre em espaço visível uma cadeira de rodas, teclados adaptados para que só pode usar o teclado, e demais tecnologias assistivas possíveis. A coleção das bibliotecas deve ser pensada no interesse dos usuários, independente de ter ou não alguma deficiência. É interessante que os temas voltados para deficiência não sejam esquecidos. A coleção beneficiará a todos e não pode ser discriminatória nesse sentido, contemplando o maior número de usuários. Os catálogos devem estar em suporte físico e em rede, disponíveis em formatos para leitura com o auxílio de leitores de tela, opções para contrastes. Os mobiliários onde o acervo será exposto não devem estar em locais muito baixos ou em alturas inadequadas, a cadeira de rodas deve percorrer livremente por todos os espaços da Biblioteca.

3 Resultados e Discussões

A seguir a análise das entrevistas realizadas e as discussões levantadas a partir do problema e os objetivos da pesquisa. As respostas foram transcritas na íntegra e sem tradução para preservar sua autenticidade e as supressões indicam momentos de silêncio.

As falas refletem as impressões dos entrevistados sobre a temática e coloca em cheque as políticas públicas rumo a uma biblioteca verdadeiramente inclusiva. Abaixo alguns depoimentos coletados que denunciam o total desconhecimento do tema e a fragilidade da legislação para uma biblioteca para todos.

"Hasta ahora nunca había pensando en el término ni siquiera lo conocía, cuando llegaste tú y me comentaste el tema de tu tesis, fue la primera vez que lo escuché [...] inclusiva, que incluya a todos principalmente a los que tienen algunas limitaciones, me parece un modelo muy interesante de concretar porque cada vez que conversamos de nuestros servicios para los usuarios no pensamos en las personas que tienen limitaciones, solo hemos incluido algunos cambios en el edificio para las personas que tengas dificultades para caminar utilicen rampas, pero fue por un decreto de Gobierno que señala que todos los edificios publicos deben tener accesos apropiados para todas las personas, por eso agregamos las rampas [...] es más, casi todos los años, desde 1978, hemos realizado la campaña de la Teletón y se conocen casos extraordinarios y se ha avanzado en la atención de las personas con limitaciones, pero después de eso no hay nada más [...] recién, en las elecciones municipales del año pasado, se incluyo una plantilla *braille* y que pudiera acompañarlo alguien, si lo estimaba una persona ciega [...] esto es el 2012 [...]. Creo que nos hemos avanzado mucho en incluir a todas las personas en acceder a los servicios, solo pensamos en democratizar la información pero para aquellos que se "supone" no tienen dificultades para acceder a la información [...] somos ignorantes en el tema [...] pero si lo comenzamos a comentar y a difundir, tendremos la posibilidad de hacer los cambios reales a los servicios para realmente ser una biblioteca inclusiva [...]. Cuando ya tengas tu escrito, me lo podrías enviar para difundirlo [...] si lo envías con una todo tuya mucho mejor [...] y así vamos aprendiendo de nuevos modelos que podemos entregar a "todos" los usuarios [...]. Espero que te sea útil el comentario, pero es una pregunta que no se me había hecho antes [...]" (Bibliotecaria - Santiago, Chile).

"Agora você me pegou hein [...] mais eu acho [...] que é uma biblioteca onde pessoas tanto especiais [...] como cegas [...] ou surdas [...] possam participar de todo tipo de leitura [...]. Me equivoco? De nada [...] e como vc acha que eu vi o assunto? estou muito longe do que é realmente?" (Missionária - São Paulo, Brasil).

"Bueno para ser sincero no se mucho de ese tema pero bueno dame una referencia de que significa biblioteca inclusiva" (Estudiante de Informática - Manágua, Nicaragua).

"Nunca vi esse termo não, mas acho que tem a ver com acessibilidade, dá acesso a todos os portadores, incluir todos e todas a (plata)formas também" (Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - Juazeiro do Norte, Brasil).

Percebemos nas falas que as políticas inclusivas obrigam que ações sejam tomadas em instituições públicas ou privadas, mas, além disso, não há uma preocupação em oferecer serviços especializados, independente se há ou não clientela, uma vez em que se o serviço for ofertado, pessoas interessadas irão procurá-lo posteriormente. O depoimento abaixo corrobora a visão de biblioteca inclusiva ser uma biblioteca para todos os públicos sejam quais forem as suas condições físicas ou psíquicas.

“[...] É uma biblioteca que rompe as barreiras de impossibilidades e abre possibilidade a todos, ou seja, pessoa com ou sem necessidades especiais independente delas quais forem” (Bibliotecária Faculdade Privada - Brasil)

Os bibliotecários compreendem a importância de atender bem qualquer pessoa. Na prática sentem a necessidade de conhecer melhor seus usuários, mas as especificidades não estudadas e praticadas na graduação impedem de ultrapassar as barreiras comunicacionais, conseqüentemente a necessidade das especializações.

“Hmm. Una biblioteca que tenga todo tipo de libros, que no sea excluyente que tenga desde revistas científicas hasta libros sobre magia negra, mazoneria y demás. (Estudante de Negócios Internacionais - Barranquilla, Colombia).

“Bem, eu diria resumidamente que seria uma biblioteca onde qualquer pessoa, independentemente de alguma limitação física ou mental, teria acesso à informação nela contida” (Web Designer - Coimbra, Portugal).

É consenso em relacionar a terminologia biblioteca inclusiva às pessoas com deficiência, talvez em função de durante muito tempo se falar em inclusão de pessoas especiais. Outro fato é ligar a biblioteca inclusiva ao livro, nem sempre atentando que inúmeros suportes devem conter numa biblioteca.

Cada usuário deseja satisfazer as suas vontades, para ele a biblioteca inclusiva é aquela que ‘sacia a sua fome’, mas nem sempre se dá conta que o incluir é para todos. Verificamos uma barreira muito forte, comum infelizmente, em quase todas as bibliotecas visitadas, a falta de atendentes que saibam língua de sinais para recepcionar e orientar os surdos nas pesquisas. Conforme os relatos transcritos, há uma luta do surdo em tentar se fazer entender.

“Es muchos libros. Mucho tiempo no fui a biblioteca! Porque Google tiene todos.. Es más fácil. Es encontrar a web de libro significado o fotos de todos. Me acuerdo que última día fui a biblioteca y yo escribía papel " quiero inscribir para pedir préstamo o fotocopia de libro" yo soy estudiante" señora me pregunto cual colegio y curso estoy? A veces yo hablo lento para señora entiende” (Surda – Curicó, Chile).

“Yo opino [...] Es necesario ayuda con materiales para personas con discapacidad y además a los demás aprender y conocer.” (Surda, Iquique, Chile).

“Podemos dizer que é uma biblioteca que tenha acessibilidade em todos os contextos, livros em Braille, livro falado, livro em tinta ou negrito, banheiros”. (Educador Físico de pessoas com deficiência - Fortaleza, Brasil).

“Cara, é um tema muito longo pra se explanar. Mas, no geral, é aquela que proporcione ao deficiente, todos os meios de que seja necessário pra que ele possa ter todo acesso à literatura seja falada ou escrita. (Educador cego - Volta Redonda, Brasil).

Alguns entrevistados por serem pegos de surpresa com a pergunta ‘Na sua opinião o que é uma biblioteca inclusiva?’, e não terem parado para refletir sobre o assunto, não sabem o que dizer. A internalização de que todos têm direitos à informação não processa de maneira concreta, e isso dá certo desconforto pessoal, por não ter pensado nos que ainda estão distante do mundo informacional propriamente dito.

“Que dá acesso a todos os que não tem condições de acessar determinados livros ou informações” (Web Designer - Londres, Inglaterra).

“Hmmm entiendo, pero sinceramente ahorita no tengo mucho tiempo que digamos” (Estudante de Italiano - Maracaibo, Venezuela).

O que fica bem claro, com os resultados das entrevistas apresentadas, é a falta de políticas públicas efetivas para a estruturação da melhoria de acesso às bibliotecas e dos cursos de Biblioteconomia. Por se só, as bibliotecas não conseguem garantir que o atendimento seja efetuado e oferecido qualitativamente a uma diversidade de pessoas.

Profissionais da área desenvolvem atividades em instituições internacionais e nacionais, públicas e privadas, sem ter ferramentas adequadas para lidar com o público que não está enquadrado no 'padrão de normalidade'.

A biblioteca para todos, acessível ou inclusiva pressupõe um tratamento equitativo onde as barreiras da comunicação, arquitetônicas e atitudinais sejam eliminadas por completo. O que não se percebe e poderia mudar os quadros alarmantes, é a presença de pessoas, por exemplo, com deficiência trabalhando nessas instituições, elas têm habilidades e competências para contagiar e atrair público com as mesmas dificuldades.

O processo de entendimento sobre a proposta de que todos possam usufruir num só ambiente das informações, não é comum, por isso a complexidade de compreender à princípio a proposta de biblioteca inclusiva. O importante é a reflexão que os entrevistados fizeram, nem tudo foi exposto na pesquisa por levar a outras discussões mais aprofundadas.

7 Considerações Finais

Os estudos não definem quando surge exatamente a discussão sobre a biblioteca inclusiva, contudo, no Brasil a pesquisadora, escritora e bibliotecária Deise Tallarico Pupo, desenvolve um projeto na UNICAMP intitulado Laboratório de Acessibilidade - Todos Nós -, desde final da década de 1990, que consiste em elaborar projetos de adequação e de modernização dos espaços destinados ao estudo e à pesquisa que atendam às necessidades de pessoas com deficiência. Os resultados são relatados em artigos científicos, livros, cursos e palestras.

Contar com uma bibliotecária à frente do projeto rendeu ao tema biblioteca inclusiva e acessível ou biblioteca para todos, um grande impulso. Contudo percebe-se que tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, quanto a IFLA/UNESCO em 1994 tratam da legislação voltada para a biblioteca que atenda usuários com e sem deficiência ou alguma limitação, ambas as instituições de nível internacional.

A reflexão sobre a biblioteca e sua usabilidade para as pessoas com deficiência não é uma prática cotidiana de discussão entre os profissionais bibliotecários. Tão pouco, trata-se dos usuários com limitação intelectual, obesos, idosos, ou bebês, geralmente, referem-se aos acervos para pessoas cegas, num espaço específico e separado das demais coleções. Observamos que uma bibliotecária de uma instituição a nível nacional mencionou nunca haver pensado no termo biblioteca inclusiva e não o conhecia, até ser abordada para entrevista. Este é um fato de suma relevância, uma vez em que reflete o distanciamento com que tratamos os assuntos que não nos aproxima por meio da experiência direta. Ou seja, somente quando a deficiência atinge alguém próximo ou a própria pessoa é que o assunto ganha uma dimensão maior de nosso interesse. Felizmente, este pensar não é uma regra e existem inúmeras iniciativas para construir uma biblioteca verdadeiramente inclusiva.

As políticas públicas identificadas, inclusive normas de acessibilidade são executadas mediante ameaças de fiscalizações e penalidades, quando o ideal seria que todas as instalações prediais nascessem acessíveis, o que evitaria constrangimentos e adaptações posteriores colaborando para o surgimento de bibliotecas mais humanas.

A pesquisa abordou a temática da acessibilidade e do desenho universal por ser uma peça importante no contexto da socialização da pessoa com deficiência e do ambiente onde deveria acontecer o perfeito encontro com a ergonomia. Todavia o desconhecimento das aplicabilidades na biblioteca dessas ferramentas exclui os pretensos interessados em adentrar nesse espaço ainda utópico, do ponto de vista da maioria das bibliotecas que se transformam em bibliotecas excludentes. Neste sentido lançamos o questionamento: existe uma biblioteca para todos? Infelizmente, chegar à uma resposta não é uma tarefa fácil, uma vez em que envolve inúmeros aparatos e equipamentos públicos, legislação, vontade política e acima de tudo, conscientização e compreensão do conceito de biblioteca para todos ou biblioteca inclusiva.

O apoio técnico e suas tecnologias assistivas facilitam o acesso ao conhecimento, em função disso, enfatizamos a relevância de criar políticas internas que possibilitem à biblioteca dar suporte para aprendizagem informacional.

Atualmente o que acontece é o desrespeito no cumprimento da legislação. O simples direito de ir e vir não se faz presente na nossa arquitetura. Os prédios ignoram a presença de acessibilidade em sua maior parte, às vezes tem rampa, mas não tem banheiro adaptado. Outra tem banheiro e rampa, mas não possui elevador. O aspecto mercadológico também contribui para a exclusão das pessoas com deficiência. Existe a lei de cotas para inserção do mercado de trabalho, porém não há uma política educacional que dê suporte na formação intelectual com acompanhamento e recursos adaptados. A sociedade Inclusiva não permite tais fatos. As diferenças culturais, sociais, econômicas não devem interferir no convívio em sociedade, pelo contrário, ele deve ser uma ferramenta de ligação para que todas aprendam mutuamente.

Que esse texto possa servir de alerta para as pessoas que trabalham em biblioteca e/ou instituições que recebem usuários com e sem deficiência melhorem suas práticas. A biblioteca nos pertence foi criada para nós e deve cumprir seu papel de forma acessível. Reflexões e provocações a respeito das bibliotecas e de seu papel de intermediadora na formação intelectual de “TODOS” os cidadãos foi o foco deste estudo.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf Acesso em: 2 fev. 2013.
- BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 13-16. Disponível em: http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view. Acesso em: 1 fev. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 12.244** de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. 189º da Independência e 122º da República. Brasília, 24 de maio de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm Acesso em: 10 fev. 2013.
- CARNEIRO, Rosane. et al. **Transversalidade e inclusão: desafios para o educador**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2003.
- CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal: um conceito para todos. s. l., s. d. Disponível em: http://www.rinam.com.br/files/REFERENCIAS_DesenhoUniversalumconceitoparatodos.pdf Acesso em: 3 fev. 2013.
- COSTA, João Henrique Lucena da; SILVA, Helane Cibely Albuquerque da; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima. Periódicos brasileiros: produção científica em ciência da informação nas temáticas - inclusão social, papel da biblioteca e sociedade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, 2010, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2010. Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/33/24> Acesso em: 1 fev. 2013.
- DECLARAÇÃO dos Direitos das Pessoas Deficientes. ONU, 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf Acesso em: 2 fev. 2013.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA), em 29 de março de 1999. Disponível em: <http://www.ifla.org/> Acesso em: 3 fev. 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- HANDICAP INTERNACIONAL. O que é deficiência. Disponível em: <http://www.making-prsp-inclusive.org/pt/6-deficiencia/61-o-que-e-deficiencia.html> Acesso em: 24 set. 2012.
- HARRIS, Alison; ENFIELD, Sue. **Disability, equality and human rights**: a training manual for development an humanitarian organizations. Oxford: ADD, 2003.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Directives destinées aux services de bibliothèque, pour les sourds**. IFLA Professional Reports. 2 ed. La Haye, 2000. Disponível em: <http://ifla.queenslibrary.org/VII/s9/nd1/guidelines.pdf> Acesso em: 2 fev. 2013
- MANIFESTO DA IFLA / UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm> Acesso em: 2 fev. 2013.
- PÉREZ FERRÉS, Sofia. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP / Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 21-32. Disponível em: http://styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view Acesso 1 fev. 2013.

PUPO, Deise Tallarico. Biblioteca acessível. In: MANTOAN, M. Tereza; BARANAUSKAS, M. Cecília C. (Org.). **Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso**. Campinas: UNICAMP / Biblioteca Central Cesar Lattes, 2009. p. 52-73.

RANGANATHAN, Shialy Ramamrita **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RIBEIRO, Alice; LEITE, João. Contributos para um conceito de biblioteca inclusiva. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7, 2001, Porto. Anais... Porto: BAD, 2001. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18473> Acesso em: 2 fev. 2013.

SCHWEITZER, Fernanda. A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 273-285, jul./dez., 2007. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/485/623> Acesso em: 2 fev. 2013.

SUSSUKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. Escola da gente, 2011. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459> Acesso em: 2 fev. 2013.

Dados dos autores

Cícero Carlos Oliveira da Silva

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri; Graduado em Letras, pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Especialista em Inclusão Escolar: necessidade educativas especiais, pela Faculdades Integradas de Patos (FIP).

carlosinclusao@gmail.com

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/3518293650295147>

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA); Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB); Mestre em Linguística, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

cleide@cariri.ufc.br

Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/5619979866984830>



Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Biblioteconomia

Este periódico é uma publicação do Curso de Biblioteconomia da [Universidade Federal do Cariri](http://www.ufca.edu.br) em formato digital e periodicidade semestral.